

INVESTIGAÇÃO

REDE DE EMPRESAS CONECTA FAMÍLIA DE ROGÉRIO GALLO, PROCURADORES DO ESTADO E GRUPO LIGADO AO GOVERNO MAURO MENDES

Divulgação



Levantamento identifica nove empresas com participação de familiares do ex-secretário de Fazenda

INVESTIGAÇÃO

Instituto Porta das Águas recebeu quase R\$ 20 milhões em emendas parlamentares e levanta questionamentos sobre estrutura e funcionamento

Divulgação



Senador Jayme Campos

SEGURANÇA PÚBLICA

Jayme Campos cobra leis mais duras e alerta para avanço das facções nas rodovias



Senador Jayme Campos

CRISE POLÍTICA

Flávia Moretti acusa presidente da Câmara de travar projetos e ampliar tensão entre Executivo e Legislativo



Divulgação

Prefeita de Várzea Grande Flávia Moretti

CRISE POLÍTICA

Flávia Moretti acusa presidente da Câmara de travar projetos e ampliar tensão entre Executivo e Legislativo

Prefeita de Várzea Grande afirma que propostas consideradas estratégicas para o município estão paradas na Câmara e acusa comando do Legislativo de liberar pautas “a conta-gotas”

A relação entre a Prefeitura de Várzea Grande e a Câmara Municipal voltou a ser marcada por troca de críticas públicas e acusações de obstrução política. Em entrevista à imprensa, a prefeita Flávia Moretti (PL) elevou o tom contra o presidente do Legislativo, vereador Wanderley Cerqueira (MDB), a quem atribui a responsabilidade pela demora na tramitação de projetos considerados prioritários para a administração municipal.

Segundo a prefeita, o município enfrenta dificuldades para avançar em áreas estratégicas devido à retenção de matérias na Câmara. Moretti afirma que dezenas de propostas encaminhadas pelo Executivo permanecem sem votação e acusa o comando da Casa de promover um “boicote político” contra sua gestão.

De acordo com a chefe do Executivo, o presidente da Câmara estaria controlando o andamento das pautas de interesse da prefeitura, liberando a apreciação dos projetos de forma gradual e seletiva.

“O município não pode ficar refém de disputas políticas. Existem projetos importantes aguardando análise e votação, mas eles estão sendo liberados a conta-gotas”, declarou a prefeita.

Pacote de investimentos

O novo embate ocorre em meio ao envio de um pacote de sete projetos de lei protocolados recentemente pela prefeitura junto ao Legislativo municipal.

As propostas, segundo a administração, tratam de investimentos em diferentes setores da gestão pública e também contemplam medidas voltadas à valorização dos servidores municipais.

A prefeitura sustenta que as matérias são consideradas essenciais para o planejamento administrativo e financeiro do município, além de impactarem diretamente a prestação de serviços à população.

No entanto, a tramitação dos projetos tem sido alvo de reclamações por parte do Executivo, que vê lentidão na análise das propostas. Mais de 20 projetos aguardam votação.

Flávia Moretti afirma que a situação não se restringe ao pacote mais recente.

Segundo a prefeita, atualmente existem 27 projetos de interesse do município aguardando deliberação na Câmara de Vereadores. Entre as matérias pendentes estariam propostas relacionadas à gestão administrativa, investimentos públicos, programas sociais e iniciativas voltadas à estruturação da máquina municipal.



A prefeitura argumenta que a demora na apreciação dos projetos compromete a execução de ações planejadas para este ano e dificulta o avanço de políticas públicas consideradas prioritárias.

Clima de desgaste

As declarações da prefeita evidenciam o desgaste na relação entre os Poderes, que desde o início da atual gestão vêm protagonizando episódios de divergência política.

EXPEDIENTE

BRASIL NOTÍCIASMT

Cristina Moraes | REGISTRO PROFISSIONAL- 3662/ MT | 61- 98106-8070

CNPJ: 61.298.229/0002-20 | C.Campos Moraes LTDA | Rua Oslo,24 | Jardim Tropical

AGENDA PARLAMENTAR

Fávaro destaca reconstrução do Shopping Popular, debate desafios sociais e critica ataques ao Brasil

Senador visitou obras financiadas com emenda de R\$ 10 milhões, participou de seminário sobre dependência digital, drogas e apostas online e defendeu a soberania nacional diante de pressões externas

O senador Carlos Fávaro (PSD) cumpriu uma série de compromissos em Cuiabá durante o fim de semana, com agenda voltada para infraestrutura, questões sociais e temas ligados à economia nacional. Entre as atividades, o parlamentar visitou as obras de reconstrução do Shopping Popular, participou de um seminário sobre problemas sociais que afetam as famílias brasileiras e fez críticas a lideranças que, segundo ele, atuam contra os interesses do país em discussões internacionais.

Uma das principais agendas ocorreu no canteiro de obras do novo Shopping Popular, destruído por um incêndio de grandes proporções em julho de 2024. Durante a visita, Fávaro acompanhou o andamento dos trabalhos e destacou a destinação de uma emenda parlamentar de R\$ 10 milhões para auxiliar na reconstrução do centro comercial.

Segundo o senador, a recuperação do espaço representa um passo importante para centenas de famílias que dependem diretamente das atividades desenvolvidas no local. O empreendimento é considerado uma das principais referências do comércio popular de Cuiabá e fonte de renda para cerca de 600 comerciantes.

O novo projeto prevê uma estrutura mais moderna, segura e acessível. Entre as melhorias estão a instalação de cinco elevadores, incluindo um destinado ao transporte de cargas, escadas rolantes e adaptações voltadas à acessibilidade. A proposta é manter as características que transformaram o Shopping Popular em um dos principais polos comerciais da Capital, ao mesmo tempo em que incorpora novas tecnologias e sistemas de segurança.

Ao comentar o processo de reconstrução, Fávaro lembrou os impactos econômicos e sociais causados pelo incêndio e afirmou que buscou apoio junto ao Governo Federal para garantir recursos destinados à retomada das atividades.

Além da agenda voltada à infraestrutura, o senador também se posicionou sobre temas relacionados à economia e às relações internacionais.

Durante declarações à imprensa, criticou lideranças políticas brasileiras que, segundo ele, apoiam pressões externas envolvendo questões econômicas do país.

Fávaro citou discussões recentes envolvendo o sistema de pagamentos PIX e medidas anunciadas



pelo governo dos Estados Unidos, que avalia a adoção de tarifas sobre produtos brasileiros.

Para o parlamentar, divergências comerciais devem ser resolvidas por meio do diálogo institucional, sem comprometer os interesses nacionais.

O senador defendeu uma postura de proteção à soberania brasileira e afirmou que disputas econômicas e comerciais precisam ser tratadas com responsabilidade, buscando preservar as relações diplomáticas e os setores produtivos do país.

Ainda durante o fim de semana, Fávaro participou de mais uma edição do Seminário “As Três Pragas da Modernidade”, realizado no Centro Comunitário do bairro Tijucal, em Cuiabá. O evento reuniu moradores, especialistas e lideranças para debater problemas que têm afetado o co-

tidiano das famílias brasileiras.

A discussão teve como foco três temas considerados preocupantes pelo parlamentar: o uso excessivo de telas e dispositivos eletrônicos, o avanço do consumo de drogas e o crescimento das apostas esportivas e jogos online.

Segundo Fávaro, os três fenômenos estão cada vez mais conectados e produzem impactos diretos sobre a saúde mental, a convivência familiar e a estabilidade financeira da população. Durante o encontro, ele ouviu relatos de participantes e destacou a importância da construção de políticas públicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento desses problemas. O senador observou que o uso excessivo de telas tem provocado mudanças significativas nos hábitos de crianças, adolescentes e adultos, afetando o desempenho escolar, as relações familiares e a interação so-

cial. Em relação às drogas, ressaltou que o tema continua sendo um dos principais desafios para as áreas de saúde pública e segurança.

Já sobre as apostas online, Fávaro demonstrou preocupação com os casos de endividamento e dependência registrados em diferentes regiões do país. Segundo ele, muitas famílias têm enfrentado dificuldades financeiras em razão da popularização de plataformas digitais de jogos e apostas.

O Seminário das Três Pragas da Modernidade integra uma série de encontros promovidos pelo parlamentar em municípios mato-grossenses. A iniciativa já passou por Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Lucas do Rio Verde e tem como objetivo reunir informações e sugestões da população para subsidiar a atuação legislativa do senador no Congresso Nacional.

INVESTIGAÇÃO

Rede de empresas conecta família de Rogério Gallo, procuradores do Estado e grupo ligado ao governo Mauro Mendes

Levantamento identifica nove empresas com participação de familiares do ex-secretário de Fazenda, procuradores e empresários ligados a integrantes do núcleo político estadual; após quase um ano, pedidos de esclarecimento feitos pelos jornais Brasil Notícias e Popular MT1 continuam sem resposta

Uma extensa rede de relações societárias envolvendo familiares do ex-secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso, Rogério Luiz Gallo, procuradores do Estado e empresários ligados ao núcleo político do governo Mauro Mendes (União Brasil) tem levantado questionamentos sobre possíveis conflitos de interesse entre a atuação pública e atividades privadas desenvolvidas paralelamente por agentes com influência na administração estadual.

Levantamento baseado em registros empresariais aponta a existência de pelo menos nove empresas conectadas por sócios em comum, familiares e relações institucionais. O mapa societário coloca no centro da estrutura o ex-secretário de Fazenda Rogério Gallo, sua esposa Lucimara Polisel Gonçalves, o procurador do Estado Hugo Felipe Martins de Lima e outros empresários que aparecem repetidamente em diferentes composições societárias.

O caso ganhou ainda mais relevância diante da ausência de esclarecimentos por parte dos envolvidos. Em 27 de junho de 2025, os jornais Brasil Notícias e Popular MT1 protocolaram uma série de ofícios solicitando explicações sobre as ligações empresariais identificadas no levantamento. Os documentos também foram encaminhados à Controladoria-Geral do Estado (CGE-MT), por meio dos protocolos CGETER202500694 e CGETER202500695.

Apesar do tempo transcorrido desde os primeiros questionamentos, os veículos afirmam não ter recebido qualquer resposta oficial até o momento. O acompanhamento dos protocolos foi realizado junto à Controladoria-Geral do Estado, órgão que à época era comandado por Paulo Farias Nazareth Neto. Entre os nomes citados nos documentos também aparece o procurador do Estado Hugo Felipe Martins de Lima.

O NÚCLEO DA ESTRUTURA EMPRESARIAL

No centro da rede aparece a empresa Guata Estruturação de Projetos e Assessoria Ltda, anteriormente denominada Guata Tecnologia Ltda ME.

Segundo o levantamento, Rogério Gallo integrou o quadro societário da empresa até maio de 2022. Posteriormente, sua participação foi substituída pela de sua esposa, Lucimara Polisel Gonçalves.

Além de Lucimara, a empresa passou a reunir como sócios o procurador do Estado Hugo Felipe Martins de Lima, Eduardo Gomes de Souza, Michell Antonio Breda e, posteriormente, Maryane Coradi Braga Lima.

A partir da Guata Estruturação de Projetos e Assessoria surgem conexões diretas com outras empresas que compartilham sócios ou possuem relações societárias indiretas.

AS EMPRESAS IDENTIFICADAS

O levantamento aponta vínculos entre as seguintes empresas:

1. Guata Estruturação de Projetos e Assessoria Ltda;
2. CGH Guata SPE Ltda;
3. Rio Grande Agropastorial e Florestal Ltda;
4. Pilar Administração e Participações Ltda;
5. M Breda Engenharia Ltda;
6. MB Transporte Rodoviário de Cargas Ltda;

7. Frutical Nordeste Agropecuária, Industrial, Importação e Exportação Ltda;

8. Maryane Coradi Braga Ltda;

9. Valize Engenharia e Assessoria Empresarial Ltda.

Em pelo menos quatro dessas empresas aparece o nome de Lucimara Polisel Gonçalves, esposa de Rogério Gallo.

Outro integrante da família, José Eduardo Polisel Gonçalves, identificado como cunhado do ex-secretário, figura no quadro societário da Pilar Administração e Participações Ltda.

O PROCURADOR DO ESTADO NA REDE EMPRESARIAL

Um dos pontos que mais chamam atenção no levantamento é a presença do procurador do Estado Hugo Felipe Martins de Lima em diversas sociedades empresariais vinculadas ao grupo.

Hugo ganhou notoriedade pública ao ser escolhido pelo governador Mauro Mendes para atuar como interventor na Saúde de Cuiabá durante a intervenção estadual determinada pela Justiça.

Conforme reportagens divulgadas anteriormente pela imprensa mato-grossense, Hugo mantinha participação societária ao lado de Lucimara Polisel Gonçalves em empresas ligadas ao grupo Guata.

As mesmas publicações apontaram que Rogério Gallo permaneceu como sócio da Guata até a divulgação pública das informações, quando deixou formalmente a sociedade.



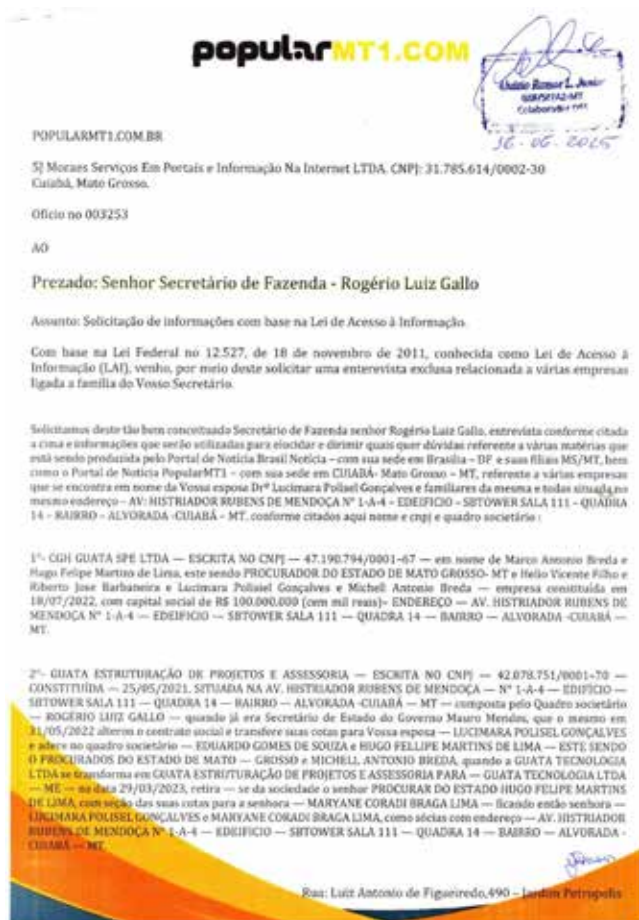
Em seguida, a participação passou para sua esposa. ENDEREÇO EM COMUM Outro elemento identificado no levantamento é a utilização de um mesmo endereço por diferentes empresas ligadas à rede.

A Guata Estruturação de Projetos e Assessoria Ltda, a Maryane Coradi Braga Ltda e a Valize Engenharia e Assessoria Empresarial Ltda declararam funcionamento na Sala 111 do edifício SB Tower, localizado no bairro Alvorada, em Cuiabá.

Embora o compartilhamento de endereço comercial não configure irregularidade, o fato é apontado pelos autores do levantamento como mais um indicativo da proximidade existente entre os grupos empresariais.

CONEXÃO COM O NÚCLEO POLÍTICO DO GOVERNO

A análise também aponta ligações indiretas entre a estrutura empresarial e integrantes do núcleo político do governo estadual.



A empresa Valize Engenharia e Assessoria Empresarial Ltda possui participação de Maryane Coradi Braga Lima, esposa de Hugo Felipe Martins de Lima, e de Hélio Palma de Arruda Neto.

Hélio é apontado como genro de Mauro Carvalho, ex-chefe da Casa Civil e uma das figuras mais influentes dos bastidores políticos da gestão Mauro Mendes.

A conexão entre familiares de integrantes do alto escalão estadual e empresas vinculadas ao mesmo círculo empresarial é um dos pontos que motivaram os pedidos de esclarecimento feitos pela imprensa.

GRUPO BREDA APARECE

Outro núcleo identificado na rede empresarial envolve os empresários Marco Antonio Breda e Michell Antonio Breda.

Os dois aparecem ligados a diferentes empresas do grupo, entre elas:

- CGH Guata SPE Ltda;
- Rio Grande Agropastorial e Florestal Ltda;
- M Breda Engenharia Ltda;
- MB Transporte Rodoviário de Cargas Ltda;
- Frutical Nordeste Agropecuária,

Industrial, Importação e Exportação Ltda. Segundo o levantamento, ambos mantêm participação em pelo menos cinco empresas relacionadas entre si, formando um dos principais eixos empresariais da estrutura.

CONTRATOS E INFLUÊNCIA
As relações empresariais ganharam maior repercussão após a divulgação de informações envolvendo a atuação da esposa de Hugo Felipe Martins de Lima em projetos ligados ao setor de concessões rodoviárias. Reportagens publicadas anteriormente apontaram que Maryane Coradi Braga Lima participou da estruturação técnica de contratos de

concessão da Via...
nária responsável p...
duais que movim...
reais em contratos...
de Mato Grosso.
As informações di...
indicavam que os...
à concessionária...
marca de R\$ 6 bill...
investimentos prev...
períodos de conces...

UM ANO DE SIL...
Apesar da relevã...
tema, os question...
nhados pelos jorna...
e Popular MT1 p...
resposta.

MAPA DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS ROGÉRIO LUIZ GALLO E EMPRESAS RELACIONADAS

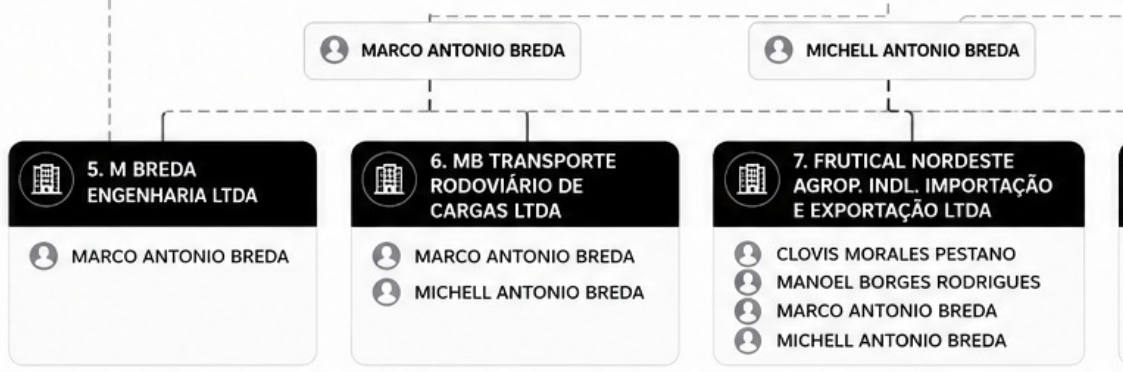
Levantamento das participações societárias de Rogério Luiz Gallo, familiares, procurador do Estado e empresas relacionadas.

Participação societária anterior até 31/05/2022

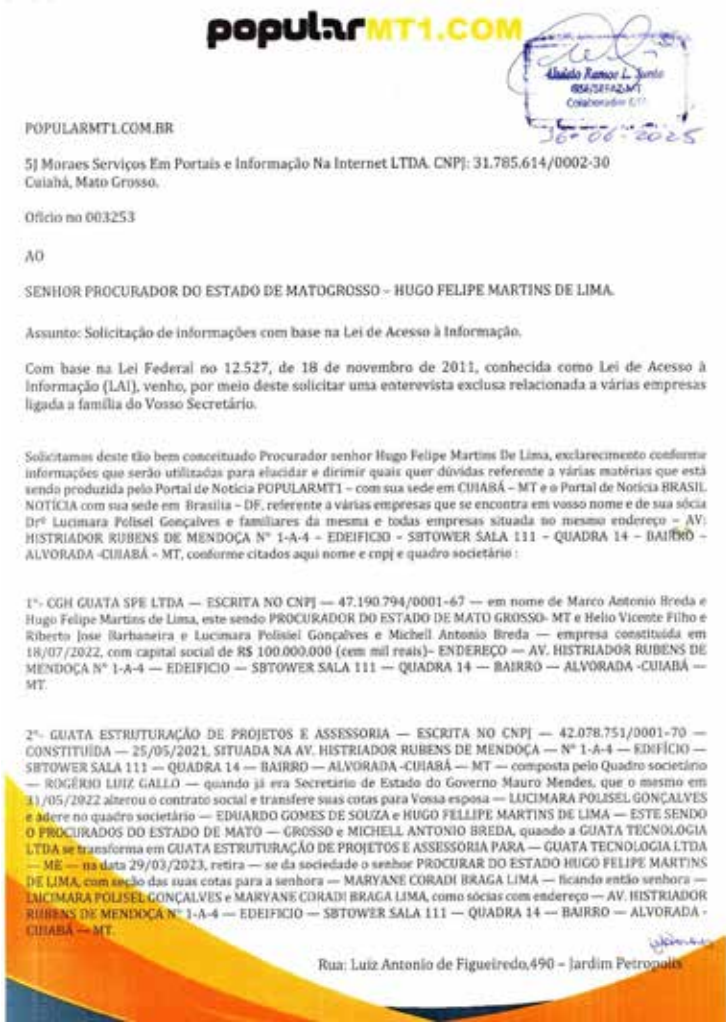
- 1. GUATA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS E ACESSÓRIA**
(antiga Guata Tecnologia)
- ROGÉRIO LUIZ GALLO
 - LUCIMARA POLISIEL GONÇALVES
 - HUGO FELIPE MARTINS DE LIMA
 - EDUARDO GOMES DE SOUZA
 - MICHELL ANTONIO BREDA
 - MARYANE CORADI BRAGA

- 2. CGH GUATA SPE LTDA**
- LUCIMARA POLISIEL GONÇALVES
 - HUGO FELIPE MARTINS DE LIMA
 - MARCO ANTONIO BREDA
 - MICHELL ANTONIO BREDA
 - HÉLIO VICENTE FILHO
 - RIBERTO JOSÉ BARBANEIRA

- 3. RIO GRANDE AGROPASTORIAL E FLORESTAL LTDA**
- LUCIMARA POLISIEL GONÇALVES
 - HUGO FELIPE MARTINS DE LIMA
 - MARCO ANTONIO BREDA
 - MICHELL ANTONIO BREDA
 - HÉLIO VICENTE FILHO



ENDEREÇOS EM COMUM
As empresas 1 (Guata Estruturação de Projetos e Assessoria), 8 (Maryane Coradi Braga Ltda) e 9 (Valize Engenharia e Assessoria Empresarial Ltda) declararam o mesmo endereço:



EM DIVERSAS EMPRESAS

Brasil, concessão por rodovias estimam bilhões de junto ao Governo divulgadas à época contratos ligados ultrapassavam a milhões em receitas e listados ao longo dos anos.

ênçãoância pública do documentos encamiisais Brasil Notícias permanecem sem

Os veículos afirmam ter expedido diversos ofícios solicitando posicionamentos dos envolvidos e esclarecimentos sobre as relações empresariais identificadas.

Os pedidos foram direcionados ao então secretário Rogério Gallo, à Controladoria-Geral do Estado e a outros agentes públicos mencionados nos documentos protocolados.

Quase um ano após os primeiros requerimentos, nenhuma resposta oficial havia sido apresentada aos veículos de comunicação até o fechamento desta reportagem.

A ausência de manifestação impede que sejam esclarecidos pontos considerados centrais para a compreensão da estrutura societária, especialmente diante da presença de familiares de agentes públicos, procuradores do Estado e pessoas ligadas ao núcleo político do governo estadual em um mesmo conjunto empresarial.

A reportagem mantém espaço aberto para manifestação de Rogério Gallo, Hugo Felipe Martins de Lima, Lucimara Polisel Gonçalves, demais sócios citados e dos órgãos públicos mencionados nesta matéria.

ROGÉRIO LUIZ GALLO

Secretário de Fazenda de Mato Grosso

URAÇÃO DE SORSSORIA LTDA

da Ltda ME)

- GONÇALVES (esposa)
- LIMA (procurador do Estado)
- A
- LIMA (desde 20/03/2023)

4. PILAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA

- LUCIMARA POLISIEL GONÇALVES
- JOSÉ EDUARDO POLISIEL GONÇALVES (cunhado)
- GENIR POLISIEL GONÇALVES
- JOSÉ GONÇALVES LOPES

MARYANE CORADI BRAGA LIMA

8. MARYANE CORADI BRAGA LTDA

MARYANE BRAGA LIMA

9. VALIZE ENGENHARIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

MARYANE BRAGA LIMA
HÉLIO PALMA DE ARRUDA NETO

LEGENDA

- Rogério Luiz Gallo
- Lucimara Polisel Gonçalves (esposa)
- José Eduardo Polisel Gonçalves (cunhado)
- Hugo Felipe Martins de Lima (procurador do Estado)
- Demais sócios
- Empresas

- Participação societária direta
- Participação societária anterior
- Relação por sócios em comum
- Núcleo familiar
- Agente público

DESTAQUES

NÚCLEO FAMILIAR

Lucimara Polisel Gonçalves participa de 4 empresas. José Eduardo Polisel Gonçalves integra a Pilar Administração e Participações Ltda.

NÚCLEO INSTITUCIONAL

Hugo Felipe Martins de Lima participa de 3 empresas do grupo.

NÚCLEO EMPRESARIAL BREDA

Marco Antonio Breda está vinculado a 5 empresas. Michell Antonio Breda está vinculado a 5 empresas.

NÚCLEO MARYANE

Maryane Coradi Braga Lima participa de 3 empresas do grupo.

popularMT1.COM

3º- RIO GRANDE AGROPASTORIL E FLORESTAL LTDA - ESCRITA NO CNPJ - 56.112.882/0001-31 - CONSTITUÍDA 26/07/2024 - COM ENDEREÇO - GLB CAETENO DIAS - SN - ZONA RURAL - MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT - ÁREA GEORREFERENCIADA DE 461.0220 HA - COM MATRÍCULA DE NÚMERO 12.769, FOLHA - 01F - 1º OFÍCIO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT, OBJETIVO DA SOCIEDADE - EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS CULTIVO DE GRÃOS CRIAÇÃO DE GADO COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIA - composta pelos sócios - LUCIMARA POLISEL GONÇALVES e HELIO VICENTE FILHO e HUGO FELIPE MARTINS DE LIMA - PROCURADOR DO ESTADO DE MT e MARCO ANTONIO BREDA e MICHELL ANTONIO BREDA - CAPITAL SOCIAL R\$ 1.500.000,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS).

4º- PILAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA - ESCRITA NO CNPJ - 28.846.313/0001-04 - CONSTITUÍDA - 21/09/2017 - ATRAVÉS DO QUADRO SOCIETÁRIO - JOSÉ GONÇALVES LOPES E GENIR POLISEL GONÇALVES - COM CAPITAL SOCIAL - R\$ 440.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA MIL REAIS), CAPITAL ESTE INCORPORADO ATRAVÉS DE VÁRIOS TERRENOS LOCALIZADO NA CIDADE DE CUIABÁ - MT, TODOS REGISTRADOS NO 5º SERVIÇO NOTORIAL E DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CUIABÁ - MT, COM SEU ENDEREÇO NA RUA - TIMOR Nº 550 - BAIRRO - SHANGRI - LA - OBJETIVO PRINCIPAL E SECUNDÁRIO - HOLDINGS DE INVESTIMENTO NÃO FINANCEIROS, COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, QUE NA 3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO EM 10/01/2023 ELEVA SEU CAPITAL SOCIAL PARA R\$ 978.238,00 (NOVECENTOS E SETENTA E OITO MIL DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS), ENTRANDO PARA SOCIEDADE NA DATA DA ALTERAÇÃO A SENHORA LUCIMARA POLISEL GONÇALVES.

5º- M BREDA ENGENHARIA LTDA - ESCRITA NO CNPJ - 49.560.260/0001-00 - CONSTITUÍDA 10/02/2023 - QUADRO SOCIETÁRIO - MARCO ANTONIO BREDA - ENDEREÇO AV. DOUTOR HELIO RIBEIRO - Nº 525 - SALA 14/12 C - BAIRRO PAUGUAS CUIABÁ - MT - OBJETO DA EMPRESA - SERVIÇO DE ENGENHARIA, TÉCNICAS RELACIONAD A ENGENHARIA E ARQUITETURA, SERVIÇOS TÉCNICOS, CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA, PERICIA TÉCNICA, SEGURANÇA DA TRABALHO - COM CAPITAL SOCIAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP) - VARZEA GRANDE/ MT - 09/02/2023.

6º- MB2 TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA - CNPJ - 37.085.673/0001-00 - CONSTITUÍDA - 07/05/2020 - QUADRO SOCIETÁRIO - MARCO ANTONIO BREDA e MICHELL ANTONIO BREDA - CAPITAL SOCIAL DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL) - AV. DR. HELIO RIBEIRO Nº 525 - EDIFÍCIO HELBOR DUAL BUSINESS, 15º ANDAR - SALA 1.412 - BAIRRO ALVORADA - CUIABÁ - MT.

7º- FRUITICAL NORDESTE AGROP. INDL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ - 00.665.402/0001-05 - CONSTITUÍDA 26/06/1995 - COM O PRIMEIRO QUADRO SOCIETÁRIO CONSTITUÍDO PELO SENHORES - CLÓVIS MORALES PESTANO e MANOEL BORGES RODRIGUES - TENDO NO DIA 30/01/2012 - FEITA SUA SEGUNDA ALTERAÇÃO E RETIRA - SE O SENHORES - CLÓVIS MORALES PESTANO e MANOEL BORGES RODRIGUES, ADEIRINDO A SOCIEDADE O SENHORES MICHELL ANTONIO BREDA e MARCO ANTONIO BREDA COM SEU CAPITAL SOCIAL R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS), OBJETIVO PRINCIPAL DA EMPRESA - EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, PLANTIO, COLHEITAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIAS EM GERAL E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS MESMO PRODUTOS - COM ENDEREÇO AV. DESEMBARGADOR JOAQUIM P.F MENDES - Nº 794 - SALA 01 - BAIRRO - CENTRO NA CIDADE DE DIAMANTINO / MT.

popularMT1.COM

3º- RIO GRANDE AGROPASTORIL E FLORESTAL LTDA - ESCRITA NO CNPJ - 56.112.882/0001-31 - CONSTITUÍDA 26/07/2024 - COM ENDEREÇO - GLB CAETENO DIAS - SN - ZONA RURAL - MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT - ÁREA GEORREFERENCIADA DE 461.0220 HA - COM MATRÍCULA DE NÚMERO 12.769, FOLHA - 01F - 1º OFÍCIO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT, OBJETIVO DA SOCIEDADE - EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS CULTIVO DE GRÃOS CRIAÇÃO DE GADO COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIA - composta pelos sócios - LUCIMARA POLISEL GONÇALVES e HELIO VICENTE FILHO e HUGO FELIPE MARTINS DE LIMA - PROCURADOR DO ESTADO DE MT e MARCO ANTONIO BREDA e MICHELL ANTONIO BREDA - CAPITAL SOCIAL R\$ 1.500.000,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS).

4º- PILAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA - ESCRITA NO CNPJ - 28.846.313/0001-04 - CONSTITUÍDA - 21/09/2017 - ATRAVÉS DO QUADRO SOCIETÁRIO - JOSÉ GONÇALVES LOPES E GENIR POLISEL GONÇALVES - COM CAPITAL SOCIAL - R\$ 440.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA MIL REAIS), CAPITAL ESTE INCORPORADO ATRAVÉS DE VÁRIOS TERRENOS LOCALIZADO NA CIDADE DE CUIABÁ - MT, TODOS REGISTRADOS NO 5º SERVIÇO NOTORIAL E DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CUIABÁ - MT, COM SEU ENDEREÇO NA RUA - TIMOR Nº 550 - BAIRRO - SHANGRI - LA - OBJETIVO PRINCIPAL E SECUNDÁRIO - HOLDINGS DE INVESTIMENTO NÃO FINANCEIROS, COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, QUE NA 3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO EM 10/01/2023 ELEVA SEU CAPITAL SOCIAL PARA R\$ 978.238,00 (NOVECENTOS E SETENTA E OITO MIL DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS), ENTRANDO PARA SOCIEDADE NA DATA DA ALTERAÇÃO A SENHORA LUCIMARA POLISEL GONÇALVES.

5º- M BREDA ENGENHARIA LTDA - ESCRITA NO CNPJ - 49.560.260/0001-00 - CONSTITUÍDA 10/02/2023 - QUADRO SOCIETÁRIO - MARCO ANTONIO BREDA - ENDEREÇO AV. DOUTOR HELIO RIBEIRO - Nº 525 - SALA 14/12 C - BAIRRO PAUGUAS CUIABÁ - MT - OBJETO DA EMPRESA - SERVIÇO DE ENGENHARIA, TÉCNICAS RELACIONAD A ENGENHARIA E ARQUITETURA, SERVIÇOS TÉCNICOS, CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA, PERICIA TÉCNICA, SEGURANÇA DA TRABALHO - COM CAPITAL SOCIAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP) - VARZEA GRANDE/ MT - 09/02/2023.

6º- MB2 TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA - CNPJ - 37.085.673/0001-00 - CONSTITUÍDA - 07/05/2020 - QUADRO SOCIETÁRIO - MARCO ANTONIO BREDA e MICHELL ANTONIO BREDA - CAPITAL SOCIAL DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL) - AV. DR. HELIO RIBEIRO Nº 525 - EDIFÍCIO HELBOR DUAL BUSINESS, 15º ANDAR - SALA 1.412 - BAIRRO ALVORADA - CUIABÁ - MT.

7º- FRUITICAL NORDESTE AGROP. INDL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ - 00.665.402/0001-05 - CONSTITUÍDA 26/06/1995 - COM O PRIMEIRO QUADRO SOCIETÁRIO CONSTITUÍDO PELO SENHORES - CLÓVIS MORALES PESTANO e MANOEL BORGES RODRIGUES - TENDO NO DIA 30/01/2012 - FEITA SUA SEGUNDA ALTERAÇÃO E RETIRA - SE O SENHORES - CLÓVIS MORALES PESTANO e MANOEL BORGES RODRIGUES, ADEIRINDO A SOCIEDADE O SENHORES MICHELL ANTONIO BREDA e MARCO ANTONIO BREDA COM SEU CAPITAL SOCIAL R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS), OBJETIVO PRINCIPAL DA EMPRESA - EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, PLANTIO, COLHEITAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIAS EM GERAL E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS MESMO PRODUTOS - COM ENDEREÇO AV. DESEMBARGADOR JOAQUIM P.F MENDES - Nº 794 - SALA 01 - BAIRRO - CENTRO NA CIDADE DE DIAMANTINO / MT.

COMPRA DA SANTA CASA

“A população de MT agora tem mais um hospital estadual na rede”, destaca Mauro

Prédio foi adquirido pelo Governo do Estado em leilão

O ex-governador e pré-candidato ao Senado, Mauro Mendes, afirmou que a compra pelo estado da prédio da Santa Casa, em Cuiabá, vai ampliar a rede estadual de atendimento à saúde.

Mauro visitou a unidade nesta terça-feira (09.11), junto do governador Otaviano Pivetta.

“Tomamos juntos essa decisão. Mas agora você [Pivetta] fez o cheque, pagou e comprou a Santa Casa aqui pro estado de Mato Grosso. A população agora passa a ter mais um hospital estadual na rede”, afirmou.

Pivetta destacou o significado da aquisição para a população do estado.

“Definitivamente a Santa Casa é patrimônio do povo de Mato Grosso.

A Santa Casa passa a fazer parte da rede estadual de hospitais que vai cuidar de alta complexidade e definitivamente o estado faz um gesto pro Mato Grosso e especialmente para Cuiabá”, disse o governador.

Mauro lembrou que a Santa Casa acumula 212 anos de serviços prestados à saúde mato-grossense. Em 2019, no início do governo, quando a unidade era filantrópica e dependia dos repasses da Prefeitura de Cuiabá, o hospital chegou ao ponto mais crítico de sua história: fechou as portas por 60 dias.



“O Governo do Estadual interveio e reabriu a unidade. Fizemos as obras de reforma e modernização, e a Santa Casa foi peça central no atendimento durante a pandemia da Covid-19. Mas ainda assim, o prédio era alugado, não era nosso”, registrou.

Como o prédio estava indo a leilão para pagamento de dívidas trabalhistas, ainda no início do ano Mauro e Pivetta decidiram que o Estado participaria do leilão para comprar a estrutura, de

forma a garantir a continuidade do hospital, que é referência em cardiologia, oncologia e pediatria.

“A Santa Casa e a compra dela foi um gesto de que o estado de Mato Grosso é forte. O estado de Mato Grosso pode sim proteger o povo e cuidar do patrimônio público e daquilo que mais interessa ao povo”, afirmou Pivetta.

A compra da Santa Casa se soma a uma série de investimentos na rede hospitalar estadual, a exemplo da entrega do

Hospital Central, em Cuiabá, já considerado o melhor hospital público do país, assim como o Hospital Regional de Alto Tapajós, em Alta Floresta, que já está em operação.

“Esse ano vamos inaugurar mais quatro hospitais. Tem o Júlio Müller que tá na reta final, e também o hospital regional de Tangará, de Confresa e de Juína”, listou Mauro. intinuar com muito entusiasmo, fazendo cada vez mais e melhor”, encerrou Pivetta.

SEGURANÇA PÚBLICA

Jayme cobra leis mais duras e alerta para avanço das facções nas rodovias

Senador afirma que quadrilhas especializadas ampliaram os roubos de cargas no país e defende maior rigor penal para combater a criminalidade organizada

O senador Jayme Campos (União Brasil) voltou a defender o endurecimento da legislação penal brasileira e manifestou preocupação com o crescimento da atuação do crime organizado nas rodovias do país. O posicionamento foi apresentado durante sessão do Senado Federal que debateu medidas para combater o roubo, o furto e a receptação de combustíveis.

Ao apoiar a proposta em discussão na Casa, o parlamentar argumentou que os prejuízos provocados pelas organizações criminosas vão muito além do setor de combustíveis, atingindo diferentes cadeias produtivas e causando perdas bilionárias à economia nacional.

Segundo Jayme, o roubo de cargas tornou-se uma das principais preocupações de empresários e transportadores que dependem das rodovias para escoar a produção. Ele relatou que acompanhou de perto os impactos desse tipo de crime quando atuava na iniciativa privada, especialmente no setor frigorífico.

De acordo com o senador, grupos criminosos têm demonstrado elevado grau de organização e acesso a informações estratégicas sobre o transporte de mercadorias, o que facilita a ação das quadrilhas. Produtos de maior valor agregado, como carnes nobres, medicamentos e fórmulas infantis, estariam entre os alvos preferenciais dos criminosos.

Durante o pronunciamento, Jayme também chamou atenção para a expansão das facções criminosas em diferentes regiões do país. Na avaliação dele, o fortalecimento dessas organizações contribui para o aumento da violência e amplia a sensação de insegurança enfrentada pela população.



O senador defendeu uma presença mais efetiva do Estado no enfrentamento à criminalidade e ressaltou que as forças de segurança enfrentam dificuldades para atender a demanda diante da dimensão territorial do Brasil e da limitação de efetivos.

Ao citar a realidade de Mato Grosso, ele observou que o crescimento populacional do Estado não foi acompanhado pela ampliação necessária dos quadros policiais. Segundo o parlamentar, essa defasagem dificulta o combate ao cri-

me e reduz a capacidade de resposta das instituições de segurança.

Jayme também criticou o que considera excesso de benefícios legais concedidos a criminosos detidos pelas forças policiais. Para ele, a legislação atual permite que muitos suspeitos retornem rapidamente às ruas após serem presos, alimentando a sensação de impunidade.

Na avaliação do senador, o combate às facções criminosas exige uma combinação de medidas, incluindo o fortale-

cimento das forças de segurança, maior presença estatal nas regiões mais vulneráveis e mudanças na legislação penal para aumentar o rigor das punições.

O parlamentar concluiu afirmando que o avanço do crime organizado representa um dos principais desafios do país e que ações mais firmes serão necessárias para garantir segurança à população e reduzir os prejuízos causados pelos roubos de cargas e demais atividades ilícitas nas rodovias brasileiras.

PROTEÇÃO ANIMAL

Projeto do primeiro Hospital Veterinário Estadual avança e pode sair do papel ainda em 2026

Presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi afirma que proposta recebeu aval do governo e passa por ajustes finais antes da publicação do edital

Mato Grosso deu mais um passo para a implantação do primeiro Hospital Veterinário público com abrangência estadual. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (Podemos), informou que o projeto recebeu sinalização favorável do governador Otaviano Pivetta e segue em fase de adequações técnicas dentro do Governo do Estado.

A proposta está sendo conduzida pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) e passou recentemente pela análise da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). O órgão jurídico apontou ajustes necessários para garantir segurança legal ao processo de contratação e à futura execução do projeto.

Com as recomendações em análise pela Superintendência de Políticas de Proteção aos Animais Domésticos, a expectativa é que o próximo passo seja a publicação do edital de chamamento público, etapa considerada fundamental para a viabilização da unidade.

Segundo Max Russi, embora ainda não seja possível definir uma data exata para a inauguração, a expectativa é que o hospital comece a funcionar ainda este ano, desde que não ocorram novos entraves burocráticos ou jurídicos durante o andamento do processo.

A futura estrutura será custeada com recursos do Governo de Mato Grosso e deverá ser instalada em Cuiabá. A escolha da

Capital leva em consideração critérios populacionais e a elevada demanda por atendimento veterinário na região metropolitana, que engloba também Várzea Grande e municípios da Baixada Cuiabana.

A proposta é que o hospital atue como referência no atendimento público a animais domésticos, oferecendo suporte clínico e ampliando o acesso da população aos serviços veterinários. A iniciativa também poderá servir de modelo para a criação de unidades semelhantes em outras regiões do estado.

O projeto integra um conjunto de ações voltadas à causa animal desenvolvidas pela Assembleia Legislativa por meio do Grupo de Trabalho (GT) da Causa Animal. O colegiado tem discutido políticas públicas voltadas à proteção, assistência e bem-estar dos animais em Mato Grosso.

Nos últimos anos, Max Russi destinou aproximadamente R\$ 2 milhões em emendas parlamentares para projetos relacionados à causa animal, incluindo campanhas de conscientização, ações de proteção e iniciativas de atendimento e acolhimento de animais em situação de vulnerabilidade.

Com o avanço dos trâmites administrativos, a expectativa é que o hospital represente um marco para as políticas públicas voltadas ao setor, ampliando a rede de atendimento veterinário e fortalecendo as ações de proteção animal no estado.



INFRAESTRUTURA

TCE cobra reconstrução da MT-170 após asfalto de R\$ 130 milhões apresentar desgaste precoce

Tribunal reabre mesa técnica, convoca construtoras e inicia nova fase de apuração sobre obra considerada estratégica para o Noroeste de Mato Grosso; auditoria também investigará responsabilidades e custos para recuperação da rodovia

A deterioração precoce de trechos da MT-170, rodovia considerada fundamental para o escoamento da produção agropecuária e madeireira da região Noroeste de Mato Grosso, levou o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) a reabrir uma mesa técnica para discutir soluções emergenciais e apurar responsabilidades pela qualidade da obra. A pavimentação da estrada consumiu cerca de R\$ 130 milhões em recursos públicos e, segundo o presidente da Corte, conselheiro Sérgio Ricardo, já apresenta problemas que exigem intervenção imediata.

A decisão foi tomada após uma vistoria realizada na semana passada pelo próprio presidente do Tribunal em aproximadamente 50 quilômetros da rodovia. Durante a inspeção, foram identificados pontos com desgaste avançado do pavimento, rachaduras, desagregação da massa asfáltica e trechos onde o revestimento estaria se desfazendo antes mesmo de atingir sua vida útil esperada.

Diante do cenário encontrado, o TCE decidiu convocar as empresas responsáveis pela execução e fiscalização da obra para discutir medidas de correção e buscar alternativas que garantam maior durabilidade ao investimento realizado.

Segundo Sérgio Ricardo, a situação exige providências urgentes para evitar que a chegada do próximo período chuvoso provoque danos ainda maiores e torne a recuperação mais onerosa aos cofres públicos.

“Não estamos falando apenas de buracos ou de manutenção rotineira. Em muitos pontos, a estrutura do pavimento apre-

senta problemas que exigem uma reconstrução adequada. É preciso agir rapidamente para evitar que a rodovia sofra um processo ainda mais acelerado de degradação”, afirmou.

Obra estratégica para a economia

A MT-170 é uma das principais ligações rodoviárias da região Noroeste do Estado e desempenha papel importante no transporte de grãos, madeira, insumos agrícolas e produtos destinados à exportação.

A estrada corresponde ao antigo trecho da BR-174 que foi transferido para a administração estadual em junho de 2022. A mudança ocorreu com o objetivo de acelerar a pavimentação de aproximadamente 271,6 quilômetros da via, considerada uma reivindicação histórica dos municípios atendidos pelo corredor logístico.

O projeto foi dividido em duas frentes de trabalho. Uma delas contemplou a pavimentação de novos trechos entre Castanheira e Colniza. A outra envolveu a recuperação do segmento compreendido entre o entroncamento com a BR-364 e Castanheira, passando por cidades como Juína e Brasnorte.

À época, uma mesa técnica coordenada pelo próprio Tribunal de Contas foi utilizada para destravar impasses administrativos e permitir a continuidade das obras.

Agora, a ferramenta volta a ser utilizada diante dos questionamentos sobre a qualidade dos serviços executados.

Empresas terão que prestar esclarecimentos

A primeira reunião da nova mesa técnica ocorreu nesta segunda-feira (8) e contou com a participação das construtoras responsáveis pela obra.

Foram convocadas as empresas MT-Sul, Guache, Cavalca e Agrimat, que atuaram nos serviços de pavimentação, além da Consol, contratada pelo Governo de Mato Grosso para fiscalizar a execução dos trabalhos.

O objetivo é reunir informações técnicas capazes de explicar os motivos do desgaste precoce da rodovia e estabelecer quais medidas serão necessárias para corrigir os problemas encontrados.

Além da recuperação imediata dos trechos comprometidos, a discussão também deverá abordar soluções de longo prazo para evitar que a situação volte a ocorrer.

A intenção do Tribunal é construir um cronograma de ações que contemple a reconstrução das áreas danificadas e a adoção de mecanismos de monitoramento mais rigorosos sobre a qualidade da obra.

Produção e transporte afetados

Os problemas identificados na MT-170 preocupam produtores rurais, transportadores e lideranças regionais.

A rodovia é utilizada diariamente por caminhões de grande porte que transportam cargas ligadas à agricultura, à pecuária e ao setor madeireiro, atividades que movimentam grande parte da economia da região.



Segundo o Tribunal, as más condições da estrada aumentam os custos logísticos, elevam o tempo de deslocamento e provocam prejuízos diretos aos produtores que dependem da via para escoar sua produção. Além dos impactos econômicos, a situação também afeta serviços essenciais.

Moradores e autoridades locais relatam dificuldades para o transporte de pacientes e para o deslocamento de ambulâncias e veículos de emergência, especialmente durante períodos de chuva intensa.

INVESTIGAÇÃO

Instituto Porta das Águas recebeu quase R\$ 20 milhões em emendas parlamentares e levanta questionamentos sobre estrutura e funcionamento

Entidade sediada em Santo Antônio de Leverger foi beneficiada com recursos destinados por deputados estaduais, mas reportagem encontrou imóvel desocupado no endereço cadastrado e aguarda esclarecimentos da direção da instituição

Uma entidade pouco conhecida do grande público, sediada em Santo Antônio de Leverger, tornou-se destino de aproximadamente R\$ 20 milhões em emendas parlamentares destinadas por deputados estaduais de Mato Grosso nos últimos anos. O volume de recursos recebidos pelo Instituto Porta das Águas chamou a atenção da reportagem dos jornais Brasil Notícias e Popular MT1, que iniciou uma apuração para verificar a estrutura física, o funcionamento e a capacidade operacional da instituição para executar projetos financiados com recursos públicos.

Fundado em 28 de março de 2018, o Instituto Porta das Águas está registrado sob o CNPJ 30.711.547/0001-66 e tem como presidente Francielly Cristina Pinheiro de Amorim. Conforme documentos consultados pela reportagem, o endereço cadastrado da entidade está localizado na Rua Alameda Gastão Pires de Miranda, nº 04, em Santo Antônio de Leverger.

O levantamento realizado pelos dois veículos aponta que a instituição foi beneficiada com recursos oriundos de emendas parlamentares encaminhadas por diversos deputados estaduais, totalizando valor próximo de R\$ 20 milhões.

Entre os parlamentares identificados como autores das destinações estão Juca do Guaraná, Max Russi, Beto Dois a Um, Dilmar Dal Bosco, Dr. Eugênio, Dr. João, Paulo Araújo, Faissal, Thiago Silva, Valdir Barranco e Júlio Campos, além de recursos provenientes de articulações partidárias.

De acordo com os dados apurados, os maiores valores identificados foram destinados pelo deputado Juca do Guaraná, com mais de R\$ 3 milhões, seguido por parlamentares que encaminharam valores superiores a R\$ 1 milhão cada para projetos vinculados ao instituto.

VISITA AO ENDEREÇO CADASTRADO

A apuração ganhou novos contornos após denúncias encaminhadas às redações dos jornais Brasil Notícias e Popular MT1.

As informações recebidas indicavam que a instituição não estaria funcionando no imóvel informado oficialmente como sua sede.

Diante da denúncia, a reportagem realizou visita presencial ao endereço cadastrado para verificar a situação da entidade.

No local, segundo constatado pelos jornalistas, funcionava uma residência simples, que teria sido utilizada pela instituição de forma alugada. Durante a apuração, moradores e pessoas ligadas ao imóvel relataram que a casa já não era mais utilizada pelo instituto e teria sido devolvida aos proprietários aproximadamente três meses antes da visita da reportagem.

A constatação levantou questionamentos sobre o funcionamento atual da entidade, especialmente diante do volume expressivo de recursos públicos destinados à organização.

Embora a inexistência de uma sede própria não configure irregularidade, a situação despertou interesse jornalístico em razão dos valores envolvidos e da necessidade de transparência na utilização de recursos oriundos do orçamento público.

Sede projetada

Segundo informações obtidas pela reportagem, o Instituto Porta das Águas pretende construir sua futura sede no Bairro Estoril, atrás do Hospital Municipal de Santo Antônio de Leverger.

Até o momento da apuração, entretanto, a nova estrutura ainda não havia sido concluída nem estava em funcionamento.

A reportagem buscou informações sobre o cronograma de construção, os projetos desenvolvidos pela entidade, a aplicação dos recursos recebidos e a situação atual do instituto.

Tentativa de contato

Com o objetivo de ouvir os responsáveis pela instituição antes da publicação desta reportagem, os jornalistas procuraram a presidente Francielly Cristina Pinheiro de Amorim.

O contato telefônico informado à reportagem foi atendido por Wesley Passos Rigolei, que se apresentou como responsável por responder aos questionamentos relacionados ao instituto.

Durante a conversa, realizada na última semana de maio de 2026, o representante foi informado sobre a apuração em andamento e sobre a constatação de que a entidade aparentemente não estava mais funcionando no endereço oficialmente cadastrado.

Segundo relato dos jornalistas, Wesley Passos Rigolei respondeu que não tinha certeza de que o interlocutor era realmente jornalista e afirmou que vinha recebendo ligações relacionadas ao instituto que considerava tentativas de extorsão.

A reportagem esclareceu que o contato possuía finalidade exclusivamente jornalística e que buscava garantir o direito ao contraditório e à ampla manifestação dos responsáveis pela entidade.

Ainda segundo o relato, a conversa foi gravada e Wesley teria informado que compareceria no dia seguinte, acompanhado da presidente Francielly Cristina Pinheiro de Amorim, para prestar esclarecimentos e apresentar informações relacionadas às atividades desenvolvidas pelo instituto.

Até o fechamento desta edição, porém, os esclarecimentos prometidos não haviam sido formalmente apresentados à reportagem.

Destinação de recursos públicos

A principal questão levantada pela investigação diz respeito ao volume de recursos públicos destinados à entidade.

O levantamento realizado pelos jornais Brasil Notícias e Popular MT1 identificou que o Instituto Porta das Águas recebeu recursos provenientes de diversas emendas parlamentares aprovadas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Somadas, as destinações alcançam aproximadamente R\$ 20 milhões.

Entre os parlamentares que aparecem como autores das indicações estão representantes de diferentes correntes políticas e regiões do Estado, o que demonstra amplo alcance institucional da entidade junto ao Parlamento estadual.

A legislação permite que organizações da sociedade civil recebam recursos públicos por meio de convênios, termos de colaboração e emendas parlamentares, desde que cumpram requisitos legais, apresentem capacidade técnica e prestem contas da aplicação dos valores recebidos.

Entretanto, especialistas em gestão pública apontam que entidades beneficiadas com elevados volumes de recursos devem manter estrutura compatível com as atividades executadas e garantir transparência sobre os projetos financiados.

Transparência e interesse público

A reportagem não identificou, até o momento, indícios de irregularidade ou ilegalidade envolvendo o Instituto Porta das Águas.

Contudo, o montante de recursos recebidos, aliado aos questionamentos sobre sua estrutura física e ao fato de o endereço cadastrado não estar mais em funcionamento, motivou a realização desta investigação jornalística.

A busca por esclarecimentos também tem como objetivo oferecer à sociedade informações sobre a destinação dos recursos públicos e sobre os projetos executados pela instituição beneficiada.

Os jornais Brasil Notícias e Popular MT1 mantêm espaço aberto para manifestação da presidente Francielly Cristina Pinheiro de Amorim, de Wesley Passos Rigolei e de quaisquer representantes do Instituto Porta das Águas que desejem apresentar esclarecimentos adicionais sobre as atividades desenvolvidas, a aplicação dos recursos recebidos e a situação atual da entidade.

Quem destinou recursos ao Instituto Porta das Águas

Levantamento da reportagem aponta repasses oriundos de emendas parlamentares de:

- Juca do Guaraná – mais de R\$ 3 milhões
- Max Russi – mais de R\$ 1,2 milhão
- Beto Dois a Um – mais de R\$ 1,2 milhão
- Dilmar Dal Bosco – mais de R\$ 600 mil
- Dr. Eugênio – mais de R\$ 200 mil
- Dr. João – mais de R\$ 700 mil
- Paulo Araújo – mais de R\$ 1,2 milhão
- Faissal – mais de R\$ 300 mil
- Thiago Silva – mais de R\$ 670 mil
- Valdir Barranco – mais de R\$ 100 mil
- Júlio Campos – mais de R\$ 600 mil
- Lideranças partidárias – mais de R\$ 600 mil

Total identificado pela reportagem: aproximadamente R\$ 20 milhões em emendas parlamentares destinadas à entidade.